



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRANTE-TO



ANO IV

PALMEIRANTE, SEXTA, 21 DE MARÇO DE 2025

EDIÇÃO N° 1138

SUMÁRIO

Secretaria de Educação

RESOLUÇÃO /002-2025/FME

ANEXO/FME

ANEXO/FME

Secretaria de Saúde

RESULTADO/FMS

IMPrensa OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRANTE-TO

Rua 7 de setembro, S/n° - Centro

Palmeirante-TO / CEP: 7779-800

RAIMUNDO BRANDÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal



Documento assinado digitalmente conforme MP N° 2.200- 2 de 24/08/2001, da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A autenticidade deste documento pode ser conferida por meio do QRCode.

Código de Validação: **113820251462**



RESOLUÇÃO Nº 02 DE 20 DE MARÇO DE 2025.

Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Conselho Municipal de Educação de Palmeirante – CME/Palmeirante - TO, no uso das atribuições a ele conferidas pelo Inciso V do Artigo 10 da LDBEN nº 9.394/96, pelo Artigo 123 da lei Orgânica do Município de Palmeirante -TO, com fulcro na Resolução CME nº 04 de 17 de setembro de 2024, resolve:

CONSIDERANDO:

- A Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- A Política Nacional de Alfabetização (PNA);
- A oferta com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida;
- A Resolução nº. 01/2021 de 25 de maio de 2021 do Conselho Nacional de Educação, resolve:

Art. 1º Com o objetivo de possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo escolar, a oferta da modalidade da EJA no Sistema Municipal de Educação de Palmeirante TO, poderá se dar nas seguintes formas:

- I – Educação de Jovens e Adultos presencial;
- II – Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida.

Art. 2º A EJA é organizada em regime semestral, em segmentos e etapas, com a possibilidade de flexibilização do tempo para cumprimento da carga horária exigida, sendo que para cada segmento, há uma correspondência nas etapas da Educação Básica e carga horária específica:

I – para os anos iniciais do Ensino Fundamental, que tem como objetivo a alfabetização inicial, a carga horária deverá assegurar pelo menos 150 (cento e cinquenta) horas para contemplar os componentes essenciais da alfabetização e 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de matemática;

II – para os anos finais do Ensino Fundamental, que tem como objetivo o fortalecimento da formação geral, carga horária total mínima será de 1.600 (mil e seiscentas) horas.

Art. 3º A EJA com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida poderá ser ofertada das seguintes formas:

I – atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista na modalidade da EJA, de acordo com suas singularidades, a partir da acessibilidade curricular promovida com utilização de metodologias e técnicas específicas, oferta de tecnologias assistivas conforme as necessidades dos estudantes, apoiados por profissionais qualificados; e

II – atendimento aos estudantes com dificuldades de locomoção, residentes em locais remotos e de difícil acesso, em periferias de alto risco social e em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, oportunizando acesso escolar às populações do campo, indígena, quilombola, ribeirinhos, itinerantes, refugiados, migrantes, e outros povos tradicionais, implementando turmas ou atendimento personalizado em condições de garantir aos alunos acesso curricular, permanência na escola, participação nas atividades e resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem.

§ 1º A Educação ao Longo da Vida em todos os segmentos no contexto da EJA implica em oportunizar acesso a aprendizagens não formais e informais, além das formais.

§ 2º Permite o estudo de novas e diferentes formas de certificação que levem em consideração o conjunto das competências adquiridas ao longo da vida.

§ 3º O Projeto de Vida do estudante determinará os percursos e itinerários formativos adequados às condições de aprendizagem, às competências básicas já adquiridas, às possibilidades de integração com proposta profissional e às condições estruturais de vida, locomoção, materiais e acesso ao currículo.

§ 4º A EJA, com ênfase na Educação ao Longo da Vida para atendimento dos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista, exige atendimento educacional especializado, complementar e preferencialmente no mesmo turno da oferta, com possibilidade de ampliação.

§ 5º As turmas da EJA com ênfase na Educação ao Longo da Vida deverão ser ofertadas em escolas regulares comuns, organizando suas especificidades curriculares, metodológicas, de materiais, de avaliação e outras no PPP da escola.

§ 6º As turmas organizadas no princípio de Educação ao Longo da Vida deverão acolher os estudantes no 1º segmento de acordo com as normas dessa Resolução. O seu acompanhamento será feito pela equipe técnica da escola, que encaminhará seu atendimento nos demais segmentos, de acordo com seu Projeto de vida.

§ 7º A avaliação e certificação dos estudantes da EJA com ênfase na Educação ao Longo da Vida serão a partir da definição de currículos diferenciados, com itinerários formativos que atendam a singularidade do público de Educação Especial, ou de populações indígenas e quilombola, refugiados e migrantes pessoas privadas de liberdade, zonas de difícil acesso, população de rua, zonas rurais e outras.

§ 8º Aos estudantes que apresentem severas deficiências ou transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista que impeçam seu desenvolvimento acadêmico, a legislação permite ser outorgada a terminalidade específica, documento descritivo das competências adquiridas, exigindo encaminhamento do estudante à outras experiências de vida e trabalho que não considerem a continuidade de estudos acadêmicos formais.

Art. 4º O 1º segmento da EJA, correspondente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, deverá ser ofertado na forma presencial, podendo ser:

I – sem articulação com uma qualificação profissional, compreendendo apenas formação geral básica, sendo a carga horária total estabelecida pelos sistemas de ensino, assegurando o tempo mínimo de 150 (cento e cinquenta) horas para contemplar todos os componentes essenciais da alfabetização, e de 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de matemática.

Art. 5º O 2º segmento da EJA, corresponde aos Anos Finais do Ensino Fundamental, deverá ser ofertado na forma presencial, podendo ser:

I – sem articulação com uma qualificação profissional, compreendendo apenas formação geral básica, sendo que a carga horária total mínima será de 1.600 (mil e seiscentas) horas.

Art. 6º Os currículos dos cursos da EJA, independente de segmento e forma de oferta, deverão garantir, na sua parte relativa à formação geral básica, os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades nos termos da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e da BNCC, tendo como ênfase o desenvolvimento dos componentes essenciais para o ensino da leitura e da escrita, assim como das competências gerais e as competências/habilidades relacionadas à Língua Portuguesa, Matemática e Inclusão Digital.

Art. 7º A Educação Física é um componente curricular obrigatório do currículo da EJA e sua prática é facultativa aos estudantes nos casos previstos na Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003, esse componente curricular é fundamental para trabalhar temas relacionados à saúde física e psíquica em um processo de aprendizagem contextualizado.

Art. 8º A Língua Inglesa é um componente curricular de oferta obrigatória, a partir do 2º segmento.

Art. 9º A unidade escolar poderá ofertar outras línguas estrangeiras, preferencialmente a Língua Espanhola, por meio de Projetos/Programas.

Art. 10. A EJA Multietapas nos casos em que o número de estudantes não corresponde ao estabelecido pelo sistema de ensino e/ou quando a estrutura física ou a especificidade de atendimento não comporta a composição de turmas por etapa.

Art. 11. O sistema de ensino poderá organizar a EJA Multietapas para ampliação do atendimento da EJA presencial, em situações de baixa demanda que impossibilite a implementação de um turno para a modalidade; dificuldade de locomoção dos estudantes, como os sujeitos do campo; população de rua; comunidades específicas; refugiados e migrantes egressos de programas de alfabetização em locais de difícil acesso, periferias, sujeitos privados de liberdade, entre outros.

Art. 12. A avaliação escolar na EJA, em seus diferentes processos e espaços, deverá encorajar, orientar, informar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, com vistas ao desenvolvimento das aprendizagens.

Art. 13. Os sistemas de ensino poderão se utilizar do requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS), e o posterior cumprimento de atividades compensatórias domiciliares para justificar as ausências de estudantes, tendo em vista a inclusão social plena do jovem, adulto e idoso, a partir do direito à educação, de sua dinâmica de vida e da realidade da sociedade moderna.

Art. 14. O requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS) deverá ser utilizado nos casos em que o estudante ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de faltas, a solicitação será analisada e, sendo deferida, a aprovação estará vinculada à obtenção de 50% (cinquenta por cento) de rendimento em cada componente curricular, bem como a realização de atividades compensatórias domiciliares.

Parágrafo único. O sistema de ensino deverá regulamentar a utilização da Ausência Justificada com Critérios (AJUS).

Art. 15. Obedecidos o disposto no art. 4º, incisos I e VII, da Lei nº 9.394/1996 e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização obrigatória, será considerada a idade mínima de 15 (quinze) anos completos para o ingresso nos cursos da EJA e para a realização de exames de conclusão da EJA do Ensino Fundamental (1º e 2º segmento).

Art. 16. Em consonância como Título IV da Lei nº 9.394/1996, que estabelece a forma de organização da educação nacional, a certificação decorrente dos exames da EJA deve ser competência dos sistemas de ensino.

§ 1º Para melhor cumprimento dessa competência, o sistema pode solicitar, sempre que necessário, apoio técnico e financeiro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para a melhoria de seus exames para certificação da EJA.

§ 2º Cabe à União, como coordenadora do sistema nacional de educação:

I – a competência para fazer e aplicar exames em outros Estados Nacionais (países), podendo delegar essa competência a alguma unidade da federação;

II – a possibilidade de realizar exame intragovernamental para certificação nacional em parceria com um ou mais sistemas, sob a forma de adesão e como consequência do regime de colaboração, devendo, nesse caso, garantir a exigência de uma base nacional comum;

III – oferecer apoio técnico e financeiro aos Estados, ainda como função supletiva, para a oferta de exames da EJA; e

IV – realizar avaliações de aprendizagens dos estudantes da EJA integradas às avaliações já existentes para o Ensino Fundamental capaz de oferecer dados e informações para subsidiar o estabelecimento de políticas públicas nacionais compatíveis com a realidade, sem o objetivo de certificar o desempenho de estudantes.

§ 3º Toda certificação decorrente dessas competências possui validade nacional garantindo padrão de qualidade.

Art. 17. O poder público deve inserir a EJA no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e ampliar sua ação para além das avaliações que visam identificar desempenhos cognitivos e fluxos escolar, incluindo, também, a avaliação de outros indicadores institucionais das redes públicas e privadas que possibilitem a universalização e a qualidade do processo educativo, tais como parâmetros de infraestrutura, gestão, formação e valorização dos profissionais de educação, financiamento, jornada escolar e organização pedagógica.

§ 1º O sistemas de ensino, através de seus órgãos executivos e normativos, deverão promover ações articuladas de apoio à implementação e regulamentação dos programas da

EJA, visando à garantia de qualidade na oferta, nos materiais e nas propostas docentes, nas metodologias e nos espaços de escolaridade de acordo com o público atendido.

§ 2º A EJA, em todas as formas de oferta, representa melhoria de trabalho e vida, possibilidades de empregabilidade aos jovens e adultos que estão fora do mercado de trabalho.

Art. 18. O Sistema Nacional Público de Formação de Professores deverá estabelecer políticas e ações específicas para a formação inicial e continuada de professores de Educação Básica de jovens e adultos, bem como para professores do ensino regular que atuam com adolescentes, cujas idades, extrapolam a relação idade-série, desenvolvidas em estreita relação com as Universidades Públicas e com os sistemas de ensino.

Art. 19. O aproveitamento de estudos e conhecimentos adquiridos antes do ingresso nos cursos da EJA, bem como os critérios para verificação de rendimento escolar, devem ser garantidos aos jovens e adultos, tal como prevê a LDB em seu art. 24, transformados em horas-atividades ou unidades pedagógicas a serem incorporadas ao currículo escolar do(a) estudante, o que deve ser comunicado ao respectivo sistema de ensino.

Art. 20. A EJA Combinada é uma forma de oferta presencial e tem como base o cumprimento da carga horária mínima estabelecida para cada segmento/etapa de duas formas: direta e indireta.

Art. 21. Art. 18. Na EJA Combinada a carga horária direta será de, no mínimo, 30% (trinta por cento), sempre com o professor, para mediação dos conhecimentos, conteúdos e experiências; e carga horária indireta, de no máximo 70% (setenta por cento) da carga horária exigida para a EJA, para a execução de atividades pedagógicas complementares, elaboradas pelo professor regente.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de 20 de março de 2025.

JOSÉ GERALDO NASCENTES DE AZEVEDO
Conselho Municipal de Educação
Presidente

JANY RESPLANDES LIMA MEDRADO
Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



ESTRUTURA CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) - 1º SEGMENTO

Vigência: a partir de 2025		Dias Letivos Anuais: 100		Regime: Semestral				
Dias Letivos Semanais: 05		Duração da hora-aula : 60 minutos		Carga Horária: 2.000 horas				
CARGA HORÁRIA SEMANAL				CARGA HORÁRIA ANUAL		Carga Horária Total		
Área do Conhecimento	Componentes Curriculares	CARGA HORÁRIA SEMANAL 1ª A 4ª		CARGA HORÁRIA ANUAL				
		DIRETA	INDIRETA	DIRETA	INDIRETA	DIRETA	INDIRETA	
Base Nacional Comum Curricular	Linguagens e Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	4	1	80	20	400	100
		Arte	0	1	0	20	0	100
		Educação Física	1	1	20	20	100	100
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	4	1	80	20	400	100
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	1	1	20	20	100	100
		Geografia	1	1	20	20	100	100
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Ciências	1	1	20	20	100	100
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	0	1	0	20	0	100
CARGA HORÁRIA TOTAL		12	8	240	160	1.200	800	
		60%	40%	60%	40%	2.000h		

1310024197166034318



- I - A **EJA Combinada** é uma forma de oferta presencial e tem como base o cumprimento da carga horária mínima estabelecida para cada segmento/etapa de duas formas: **Direta e indireta** (Conforme **Art. 17 da RESOLUÇÃO CNB/CEB Nº 01/2021**);
- II - Na **EJA Combinada** a **carga horária Direta** será de, no **mínimo, 30% (trinta por cento)**, sempre **com o professor**, para mediação dos conhecimentos, conteúdos e experiências; e **carga horária Indireta**, de no **máximo 70% (setenta por cento)** da carga horária exigida para a EJA, para a execução de atividades pedagógicas complementares, elaboradas pelo professor regente (Conforme **Art. 18 da RESOLUÇÃO CNB/CEB Nº 01/2021**);
- III - A **Educação Física** é um **componente** curricular **obrigatório do currículo da EJA** e sua prática **é facultativa** aos estudantes **nos casos previstos na Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003**, esse componente curricular é fundamental para trabalhar temas relacionados à saúde física e psíquica em um processo de aprendizagem contextualizado (Conforme **Art. 14 da RESOLUÇÃO CNB/CEB Nº 01/2021**);
- IV - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (Conforme **Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96**);
- V - História e Geografia do Tocantins compõem os programas de História e Geografia, respectivamente;
- VI - A carga horária em todos os períodos do **1º segmento** serão distribuídas de **segunda à quinta-feira com três aulas Diretas e uma Indireta e, nas sextas-feiras, com quatro aulas Indiretas.**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



ESTRUTURA CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) - 2º SEGMENTO

Vigência: a partir de 2025		Dias Letivos Anuais: 100		Regime: Semestral				
Dias Letivos Semanais: 05		Duração da hora-aula : 60 minutos		Carga Horária: 2.000 horas				
CARGA HORÁRIA SEMANAL					CARGA HORÁRIA ANUAL		Carga Horária Total	
Área do Conhecimento	Componentes Curriculares	CARGA HORÁRIA SEMANAL 5ª A 8ª		CARGA HORÁRIA ANUAL		DIRETA		
		DIRETA	INDIRETA	DIRETA	INDIRETA			
Base Nacional Comum Curricular	Linguagens e Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	4	1	80	20	400	100
		Língua Inglesa	1	0	20	0	100	0
		Arte	0	1	0	20	0	100
		Educação Física	0	1	0	20	0	100
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	4	1	80	20	400	100
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	1	1	20	20	100	100
		Geografia	1	1	20	20	100	100
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Ciências	1	1	20	20	100	100
Ensino Religioso	Ensino Religioso	0	1	0	20	0	100	
CARGA HORÁRIA TOTAL		12	8	240	160	1.200	800	
		60%	40%	60%	40%	2.000h		

Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE PALMEIRANTE:25064049000139 em 21/03/2025 23:02



I - A **EJA Combinada** é uma forma de oferta presencial e tem como base o cumprimento da carga horária mínima estabelecida para cada segmento/etapa de duas formas: **Direta e indireta** (Conforme **Art. 17 da RESOLUÇÃO CNB/CEB Nº 01/2021**);

II - Na **EJA Combinada** a **carga horária Direta** será de, no **mínimo, 30% (trinta por cento)**, sempre **com o professor**, para mediação dos conhecimentos, conteúdos e experiências; e **carga horária Indireta**, de no **máximo 70% (setenta por cento)** da carga horária exigida para a EJA, para a execução de atividades pedagógicas complementares, elaboradas pelo professor regente (Conforme **Art. 18 da RESOLUÇÃO CNB/CEB Nº 01/2021**);

III - A **Educação Física** é um **componente curricular obrigatório do currículo da EJA** e sua prática **é facultativa** aos estudantes **nos casos previstos na Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003**, esse componente curricular é fundamental para trabalhar temas relacionados à saúde física e psíquica em um processo de aprendizagem contextualizado (Conforme **Art. 14 da RESOLUÇÃO CNB/CEB Nº 01/2021**);

IV - A **Língua Inglesa** é um **componente curricular de oferta obrigatória, a partir do 2º segmento** (Conforme **Art. 15 da RESOLUÇÃO CNB/CEB Nº 01/2021**);

V - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (Conforme **Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96**);

VI - História e Geografia do Tocantins compõem os programas de História e Geografia, respectivamente;

VII - A carga horária em todos os períodos do **2º segmento** serão distribuídas de **segunda à quinta-feira com três aulas Diretas e uma Indireta** e, **nas sextas-feiras, com quatro aulas Indiretas**;

VIII - Para os **anos finais do Ensino Fundamental**, que tem como objetivo o fortalecimento da integração da formação geral com a formação profissional, **carga horária total mínima será de 1.600 (mil e seiscentas) horas** (Conforme **Art. 3º - II da RESOLUÇÃO CNB/CEB Nº01/2021**).

SECRETARIA DE SAÚDE

EDITAL N° 001/2025
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMEIRANTE-TO

RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA E DE TÍTULOS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS QUE IRÃO ATENDER ÀS EQUIPES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PALMEIRANTE-TO.

NOME	NOTA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	INFORMÁTICA	ESPECÍFICA	SUS	TÍTULOS	RESULTADO
ADRIANA PEREIRA DE MELO	49	6	1	2	32	8	0	ELIMINADO
CID DE SOUSA PINHEIRO	53	4	2	2	36	8	1	APROVADO
DILMARCIA GONÇALVES DA LUZ	79	8	3	3	44	16	5	APROVADO
ELVIS COELHO E SILVA	62	6	2	0	32	12	10	RESERVA
EMILLY LIMA LOPES	36	4	1	1	20	10	0	ELIMINADO
GESIEL TELES DA SILVA	75	6	4	2	48	14	1	APROVADO
JHULY BATISTA RESPLANDES	81	8	3	3	44	20	3	APROVADO
JOÃO CARLOS NEVES DE SOUSA	57	2	1	1	32	16	5	APROVADO
JOZIEL MARINHO DA COSTA BEZERRA	68	8	3	4	40	12	1	APROVADO
LUIS FELIPY DIAS DE BRITO	43	4	1	1	27	10	0	ELIMINADO
LUZIMEIRE PEREIRA DE SOUSA	46	0	2	2	32	10	0	ELIMINADO
MUSSAENDRA EUFRASIO LACERDA	46	0	2	2	32	10	0	ELIMINADO
NATHALIA SOUSA	55	6	1	1	32	14	1	RESERVA

CUSTODIO								
RAONE DE OLIVEIRA DIAS	39	0	1	2	32	4	0	ELIMINADO
SILAS FERREIRA CARDOSO	66	4	2	3	36	12	9	RESERVA
TEREZA BEZERRA DA SILVA	77	6	3	3	48	16	1	APROVADA
VERANA PEREIRA DE MELO	51	2	1	3	32	12	1	RESERVA

